

Jurisdição

▷ **conceito:** trata-se de poder/função do Estado de dizer o direito ao concreto, visando a solução do caso concreto.

São quatro os institutos fundamentais do processo civil, que formam sua estrutura, são o **NÚCLEO** do processo civil:

- I- **Jurisdição:** aplicação da lei ao caso concreto
- II- **Ação:** poder de dar início e participar do processo
- III- **Defesa:** poder de contrapor-se à pretensão
- IV- **Processo:** conjunto de atos destinados à obtenção de um pronunciamento judicial a respeito dos pedidos formulados.

Jurisdição: Função do Estado, pela qual este, querendo solucionar os conflitos de interesse, aplica a lei geral e abstrata aos casos concretos que lhe são submetidos.

A jurisdição é inerente por natureza. Sua movimentação depende de acionamento pela parte interessada. Através do acionamento da jurisdição, instaura-se um **PROCESSO**, que instituirá uma relação entre juiz-autor-réu, por certo tempo e de acordo com um procedimento estabelecido pela lei.

▷ **funções do Estado:** o poder jurisdicional é um só, mas é exercitado de várias formas:

- a) **legislativa:** atividade de elaboração de normas gerais e abstratas, prévias ao conflito de interesses.
- b) **jurisdicional:** aplicação das normas gerais e abstratas aos casos concretos submetidos à apreciação do judiciário.
- c) **administrativa:** atividades ligadas à consecução de determinados fins pelo Estado, ligados à adm. pública. As decisões administrativas não adquirem caráter definitivo, podendo ser revisadas.

A jurisdição pode ser entendida como **peça fundamental** para atuação estatal, dentro do objetivo de aplicar o direito material ao caso concreto apresentado, por conseguinte, a **pacificação social**.

↳ Para solucionar a resistência à negociação, o Estado, que veda a autotutela, manifesta-se por meio da jurisdição, cuja regência se operará por meio de regras estabelecidos pelo legislador.

@beatriznamiestudies

↳ A jurisdição tem como fim último a pacificação social e consiste em um poder-dever do Estado, pois, se por um lado corresponde a uma manifestação do poder soberano do Estado, impondo suas decisões de forma imperativa, por outro corresponde a um dever que o Estado assume de dirimir qualquer conflito que lhe venha a ser apresentado.

↳ Pode ser definida como sendo a função de atuar a vontade objetiva da lei, com a finalidade de obter a justa composição da lide.

▶ importante: o escopo jurídico da jurisdição consiste na aplicação concreta da vontade do direito; o escopo social consiste em resolver o conflito de interesses e o escopo educacional diz respeito à função de ensinar aos jurisdicionados seus direitos e deveres.

direito processual: cuidará de estabelecer as regras destinadas a reger como se operará o exercício da jurisdição na solução de conflitos.

elementos
estruturais

Jurisdição
ação
processo

- A jurisdição ocupa o topo, o centro da teoria processual e por intermédio dela se manifesta uma das formas do poder estatal soberano, configurando uma função estatal.

- O direito de ação é assegurado a todos, pois ao exercer esse direito, o cidadão provoca o exercício da atividade jurisdicional.

- o processo, por sua vez, é o instrumento utilizado pelo Estado para

ampliar

prestar jurisdição e se manifesta por uma série de atos voltados para o fim de obtenção da tutela jurisdicional.

Características:

@beatriznamiestudies

- substitutividade
- definitividade
- imperatividade
- inafastabilidade
- indelegabilidade
- inércia
- investidura

1- **Substitutividade:** substituição das partes pelo Estado - Juiz que permite uma evolução imparcial aos conflitos de interesses, com o fim de atingir a paz social.

2- **definitividade:** as decisões judiciais adquirem caráter definitivo, não podendo ser modificadas, após certo tempo.

3- **imperatividade:** as decisões judiciais têm força coariva, obrigando os litigantes a cumpri-las, através de mecanismos eficientes e necessários p/ que sejam obedecidas.

4- **inafastabilidade:** o Juiz não pode se recusar de julgar um caso concreto invocando lacuna. Qualquer lesão será submerida à apreciação do Judiciário.

5- **indelegabilidade:** só o poder Judiciário pode exercer a função jurisdicional, não podendo delegar sua função, sob pena de ofensa ao princípio do Juiz natural.

6- **inércia:** a função jurisdicional não se movimenta de ofício, apenas por provocação dos interessados.

7- **investidura:** a jurisdição só pode ser exercida por Juiz que foi regularmente investido no cargo.

▶ PODERES DA JURISDIÇÃO:

- **poder de decisão:** essência da atividade jurisdicional; solucionar a demanda
- **poder de polícia ou documentação:** o magistrado tem força para presidir todo o processo; documentar a realização dos atos processuais.
- **poder de coerção:** obtenção de ordem e eficácia quanto a determinadas decisões; prevenir ou coagir a prática de atos processuais.

espécies:

@beatriznamiestudies

- ↳ A jurisprudência é una e não comporta distinção em categorias, mas razões didáticas justificam sua classificação em espécies.
- ↳ **como expressão da soberania do Estado, a jurisdição não pode ser dividida,** pois seria o mesmo que dividir a soberania.
- ↳ dividir a soberania contraria o próprio conceito de soberania, afinal, ser soberano é controlar tudo, não sendo possível limitar a soberania.

▶ **quanto ao objeto:** civil ou penal

▶ **quanto ao órgão:** comum → estadual ou federal
especial → trabalhista, militar e eleitoral

▶ **quanto à hierarquia:** superior e inferior

- **quanto ao objeto:** na verdade não se trata de distinção da jurisdição, mas de órgãos integrantes da justiça que podem destinar-se ao julgamento de questões apenas penais ou civis.

O critério para diferenciação entre penal ou civil é o do objeto da Ação. Dessa maneira, quando tratarmos de conflito que envolva direito material penal, também será classificada a jurisdição como penal, por outro lado, quando a ação tratar de matéria que não seja penal, estamos diante de jurisdição civil.

O ilícito penal não difere em substância do ilícito civil, sendo diferente apenas a sanção que os caracteriza; a ilicitude penal é, ordinariamente, mero agravamento de uma preexistente ilicitude civil, destinado a reforçar as consequências da violação de dados valores, que o Estado faz especial empenho em preservar.

↳ **Exemplo:** quando alguém comete um furto emergem daí duas conse-

amora

quências que, perante o direito, o agente deve suportar:

- a) obrigação de restituir o objeto furtado (natureza civil);
- b) sujeição às penas do art. 155 CP

↳ **Exemplo 2:** quem contrai novo casamento, sendo casado, o direito impõe duas consequências:

- a) nulidade do segundo casamento (sanção civil)
- b) sujeição à pena de bigamia (sanção penal) @beatriznamiestudies

A jurisdição, **poder e função do Estado**, por meio de sua atividade, **pune o autor da conduta que viola o direito material na esfera civil e penal**. O ato de punir a violação de direito materiais é o mesmo, diferindo apenas quanto a sua aplicação, permitindo a aplicação organizada.

- **quanto ao órgão:** A CF distingue entre comum e especial. A comum é dividida em estadual e federal e a especial é dividida em trabalhista, militar e eleitoral.

Quando o jurisdição é responsável pela resposta estatal a conflitos que envolvam normas especiais a jurisdição será Especial; quando a jurisdição é responsável pela resposta estatal a conflitos que envolvam normas gerais a jurisdição será Comum.

Justiças Especiais {

- Justiça do Trabalho:** pretensões oriundas da relação de trabalho
- Justiça Eleitoral:** relacionada com eleições políticas
- Justiça Militar:** causas penais fundadas no direito penal militar e na Lei de Segurança Nacional

Justiças Comuns {

- Justiça Federal** - art. 106 e seguintes da CF
- Justiça Estadual** - art. 125 e seguintes da CF

↳ A Justiça Federal e Estadual, justamente porque conhecem de qualquer matéria não contida na competência especialmente reservada à justiça especial.

amoré

lizada, exercem jurisdição ordinária e são chamadas justiças comuns.

@beatriznamiestudies

- **quanto à hierarquia:** pode ser inferior ou superior, conforme o órgão incumbido de exercê-la integre as instâncias inferiores ou superiores.

Os órgãos de primeiro grau de jurisdição são compostos por juízes singulares e os órgãos de segundo grau de jurisdição são compostos por desembargadores, que atuam de forma colegiada, proferindo acórdãos a partir dos recursos interpostos contra as decisões dos juízes de 1º grau.

Também podemos chamar os órgãos do 1º grau de jurisdição de órgãos de 1ª instância e os de 2º grau de jurisdição de órgãos de 2ª instância.

↳ dessa forma, denomina-se superior a jurisdição exercida no âmbito dos tribunais, que atuam no 2º grau de jurisdição, ou em 2ª instância. Denomina-se inferior a jurisdição realizada pelos juízes singulares, no âmbito das varas e Juizados Especiais, que atuam no 1º grau de jurisdição, ou em 1ª instância.

• **instância não se confunde com entrância:** a entrância é o nome dado a comarca que o juiz ou membro do MP atua, sendo, inicial, intermediária e final.

- **jurisdição contenciosa e voluntária:** na contenciosa, a parte busca uma solução que obrigue a parte contrária ao seu cumprimento; a sentença sempre favorece uma das partes em detrimento da outra, já que decide um conflito. Na voluntária busca-se uma situação que servirá pl a própria pessoa e a sentença beneficiará os envolvidos.

↳ não serve pl que o juiz diga quem tem razão, mas tome providências necessárias pl a proteção de um ou ambos sujeitos da relação processual.

↳ Há forte corrente doutrinária sustentando que a jurisdição voluntária não é jurisdição, mas adm. pública de interesses privados.

• **voluntária:** o legislador atribuiu aos magistrados uma importante função no que se refere à administração pública de interesses privados e ao exercício dela pelos magistrados se dá o nome de jurisdição voluntária.

espécies da Jurisdição

@beatriznamiestudies

↳ Jurisdição contenciosa:

- atividade jurisdicional
- composição de litígios
- questionam-se direitos ou obrigações de outrem
- envolvem partes
- há jurisdição
- há ação
- há coisa julgada

↳ Jurisdição voluntária:

- atividade administrativa
- adm. pública de direito privado
- não se questionam direitos e obrigações de outrem
- envolve apenas interessados
- não há jurisdição
- não há ação
- não há coisa julgada e nem revelia